

O TRABALHO DO CAMPESINATO E SUA APROXIMAÇÃO/DIFERENCIAÇÃO COM O AGRICULTOR FAMILIAR MODERNO: O CASO DE UM ASSENTAMENTO DO MST

Mariana Fernandes da Cunha Loureiro Amorim

Débora Coutinho Paschoal Dourado

Danielle de Araújo Bispo

Introdução

Os assentamentos rurais são uma das principais conquistas angariadas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no estado de Pernambuco. Dentro desses locais, o MST propõe uma forma de organização do trabalho peculiar, especialmente se comparada àquela existente na agroindústria.

Movida pelo propósito de melhor conhecer a realidade dos trabalhadores rurais, esta pesquisa visa explorar as relações de trabalho presentes em formas organizativas alternativas ao agronegócio, nomeadamente no assentamento Chico Mendes, localizado em São Lourenço da Mata (PE). Para tanto, propõe-se a investigar, através de moradores do Assentamento, as relações de trabalho que são estabelecidas no local, o sentido que os assentados lhes atribuem e os valores que as orientam.

Ao mostrar outras possibilidades para o organizar, busca-se romper com o pensamento que elege a lógica do gerencialismo do mercado como única fonte de informação sobre as práticas organizacionais. Torna-se então um desafio mostrar que aos diversos contextos de relações sociais estabelecem-se variadas formas organizativas do trabalho, regidas por diferentes racionalidades.

Diante desta realidade, esta pesquisa se justifica pelo intento de ampliar e qualificar as discussões acerca das variadas formas de trabalho alternativas e resistentes àquelas presentes dentro de uma lógica empresarial, limitada aos desígnios do mercado. Escolher por esta abordagem, portanto, envolve a revisão de nossos conceitos, já que estes não correspondem às necessidades dos atores-sujeitos envolvidos em lutas sociais, nem estão comprometidos com sua práxis (MISOCZKY; FLORES; GOULART, 2008).

1. Referencial teórico

1.1 O conceito de campesinato

Para iniciar, considera-se necessário a compreensão do conceito de campesinato. Antes de tudo, vale destacar que o 'camponês' não existe em nenhum sentido imediato e estritamente específico. Aqueles que são assim chamados variam em diferentes tempos e espaços - constituem um segmento heterogêneo que só pode ser compreendido dentro de determinado tempo e estrutura social. "Os termos gerais, a-históricos e fora do contexto, costumam odiosamente se transformar [os camponeses] em reificações da realidade (SHANIN, 2005, p. 2)

Os estudiosos que trabalham na generalização deste conceito, apontam categorias de características, pelas quais os camponeses têm sido distinguidos de outros, e identificados entre si, em todo o mundo. Essa generalização dos camponeses implica necessariamente em uma homogeneidade, que pode terminar numa imposição dos modelos teóricos à realidade (NEVES, 1985).

Para enfatizar as similitudes do campesinato, seis características gerais estariam sendo citadas, a saber: i) trabalho familiar, com controle dos próprios meios de produção e economia de subsistência, que possui uma forma de produção substancialmente diferente de uma empresa capitalista; ii) semelhantes padrões de organização política; iii) existência de normas e cogações típicas, que envolvem uma racionalização tradicional e conformista, e padrões de socialização, cooperação, e confrontação específicos; iv) semelhança nas unidades básicas nas características de funcionamento da organização social; v) semelhança na produção das necessidades materiais, na reprodução dos atores humanos e do sistema de relações sociais; e vi) semelhanças que possuem na reação a processos gerais, como a persistência de continuidade (SHANIN, 2005).

A sociedade camponesa ou tradicional, como é concebida quando o sistema capitalista ainda não está presente, é compreendida pela sua auto-suficiência, uso intensivo da força de trabalho familiar, afastamento do mercado e conseqüente isolamento econômico, cultural e político. As unidades de produção se regeriam por princípios de solidariedade, auto-ajuda e coesão, do que derivaria mecanismos de redução da diferenciação e dos conflitos (NEVES, 1985). Entre esses mecanismos estaria a relação de parceria estabelecida entre camponeses pobres e ricos considerada como relações de exploração não-capitalistas (OLIVEIRA, 2001).

Hebétte (2005, p. 94), faz uma boa definição desse modo de vida do camponês tradicional:

Os camponeses são *produtores livres* de dependência pessoal direta - são 'autônomos'; sua sobrevivência de homens livres lhes impõe *laços de solidariedade* cuja quebra ou enfraquecimento ameaçam seu modo de vida; esses laços mais primários são os de parentesco e vizinhança que os levam a procurar se agrupar em '*comunidade*'; a busca de sua permanência em *reprodução numa mesma 'terra'* [...], traduzidas como apego à terra, é marca do sucesso de seu modo de vida e a fonte de seu *cuidado com seu ambiente* (grifos do autor).

A comunidade camponesa possui, além disso, uma relativa autonomia no que se refere às formas de sociabilidade desenvolvidas em um determinado território. É esta forma de sociabilidade desenvolvida que as definem como sociedades de *interconhecimento* - pois que cada um conhece todos os demais graças à vida social intensa. A autonomia dessas sociedades, entretanto, deve ser considerada como relativa, uma vez que certos elementos originariamente externos a ela, nela são introduzidos por imposições do conjunto da sociedade global (WANDERLEY, 1996).

A agricultura camponesa tem especificidades relacionadas aos objetivos da atividade econômica, às experiências de sociabilidade e a sua forma de inserção na sociedade global. As famílias camponesas seriam autônomas economicamente por garantir a subsistência do grupo. Existe a perspectiva de que o esforço da geração atual seja passado para a geração seguinte, e todas as estratégias da família são orientadas para este fim - para um projeto de futuro (WANDERLEY, 1996). Nesta perspectiva, a agricultura camponesa se distingue da agricultura de subsistência (mesmo que contenha o elemento da subsistência), pois para os camponeses, não importa somente a garantia da sobrevivência imediata, mas também a constituição, preservação e crescimento de um patrimônio familiar (WANDERLEY, 1996).

Mesmo preocupando-se com o patrimônio, os camponeses estão centrados na *reprodução familiar*. É neste sentido que Chayanov afirma que a organização camponesa não sofre influência de determinações como lucro, renda da terra ou salário - não existe, neste sentido, uma dimensão econômica que tenha que ser atingida (CARVALHO, 2005). O rendimento desta organização seria determinado com base nas necessidades da família enquanto unidade de consumo, e não poderia ser considerado como 'lucro'. Essa forma de pensar, segundo o autor, seria gerada a partir de uma *racionalidade camponesa*, ou seja, de uma especificidade no comportamento da economia camponesa, diverso daquele presente em empresas capitalistas, que permitiu, inclusive, que ele a classificasse o campesinato como um modo de produção específico (SILVA et al., 2009).

Na tentativa de definir os limites entre os camponeses e a classe capitalista no campo, Oliveira (2001, p. 21) vai dizer que “capitalistas são [...] todos aqueles que, possuidores de capital, destinam-no à produção”. Assim, os camponeses poderiam eventualmente se transformarem em capitalistas, caso produzissem mais que o necessário à sobrevivência e começassem a acumular capital.

O campesinato representa um modo de organizar a vida, uma cultura, uma visão de mundo, do trabalho, do produto do trabalho (IANNI apud CARVALHO, 2005). Entretanto, não podemos trabalhar neste nível de generalização apenas, uma vez que esse campesinato não é, em si, um todo indivisível. No Brasil, o campesinato assumiu formas específicas, graças á realidade sócio-cultural e histórica do país.

1.2 O campesinato brasileiro

O campesinato brasileiro, assim como todas as suas variantes, entre as quais os próprios assentados, desenvolveu-se num contexto específico que reflete as particularidades dos processos sociais da própria história da agricultura brasileira: a colonização, o latifúndio, a escravidão e a enorme quantidade de terras passíveis de serem ocupadas. Aqui o campesinato foi historicamente impossibilitado de desenvolver suas potencialidades graças à precariedade estrutural e à instabilidade da situação camponesa (WANDERLEY, 1996).

A estrutura fundiária brasileira foi concentrada e desigualmente distribuída desde o período da colonização. A maioria dos latifúndios do país foi originada a partir das capitâneas hereditárias e das sesmarias. Apesar de depois da independência se ter permitido a apropriação de grandes extensões de terra pela posse, a Lei das Terras, de 1850, veio dificultar o acesso de escravos recém-libertos à terra, uma vez que a mesma só poderia ser obtida através de compra/venda com pagamento em dinheiro. A estrutura fundiária herdada do período colonial foi muito pouco alterada, e o posterior processo de incorporação de novos espaços, tomados dos índios, teria contribuído ainda mais para aumentar a concentração de terras (OLIVEIRA, 2001).

Assim como as relações fundiárias, as relações de trabalho no campo também têm raízes históricas. A escravidão foi a primeira forma de relação de trabalho no campo brasileira, acompanhada do desenvolvimento do trabalho camponês. Os avanços da industrialização e das cidades possibilitaram o surgimento do trabalho assalariado no campo. Apesar da rápida expansão desta forma de trabalho, ela não se tornou a dominante. Continuariam a existir relações de parceria e arrendamentos (consideradas não-capitalistas) porque o processo de expropriação não atuaria em termos absolutos. O trabalho familiar

camponês continua a existir e a se expandir junto ao trabalho assalariado, não porque aquele é complementar a este, mas por causa das contradições mesmas da sociedade capitalista (OLIVEIRA, 2001).

É válido ressaltar que o campesinato ao qual este artigo se refere, e que persiste no campo brasileiro, não é o camponês *puro*. Mas sim um camponês brasileiro em constante transformação e adaptação e que, mesmo nas comunidades mais tradicionais, não se encaixa no modelo europeu de campesinato. Wanderley (1996) diria, sobre isto, que os elementos definidores do campesinato no sentido clássico, encontra-se-iam, no Brasil, em níveis diferenciados.

No Brasil, o aumento absoluto no número de camponeses (re-camponesação) certamente é um resultado do sistema capitalista (SHANIN, 2005). No campo brasileiro há a convivência de relações de trabalho assalariadas e relações não-capitalistas, como por exemplo, o trabalho familiar, a parceria e o arrendamento. Essas relações não-capitalistas poupariam investimentos em mão-de-obra aos capitalistas e seriam nada mais do que processos de produção do capital através de relações diversas, não-capitalistas. Assim “o próprio capital pode lançar mão de relações de trabalho e de produção não-capitalistas (parceria, familiar) para *produzir* o capital” (OLIVEIRA, 2001, p. 19).

O que está ocorrendo, portanto, não é um processo de desaparecimento do campesinato, mas um processo de permanências e mudanças simultâneas. Pode-se dizer que a racionalidade camponesa tem sofrido diversas transformações, em diversos graus de intensidade, no contato com outras concepções de mundo presentes na sociedade capitalista, contribuindo para o surgimento de uma enorme diversidade de formas de apropriação da natureza (CARVALHO, 2005).

A unidade de produção camponesa é sempre resultado do trabalho da família proprietária, assim como em outras partes do mundo. Entretanto, no Brasil, existe uma tradição de se trabalhar alugado para terceiros e de empregar terceiros no estabelecimento familiar. Esses não seriam necessariamente processos de desagregação do campesinato, uma vez que, para caracterizar uma unidade camponesa, o maior objetivo da atividade teria que ser o da reprodução familiar. Considera-se, pois, que dentro das estratégias para alcançar esse objetivo, podem co-existir atividades dentro e fora do estabelecimento familiar (WANDERLEY, 1996).

É importante compreender que no Brasil existe uma oferta sazonal de empregos na agricultura, nas safras das grandes culturas, que podem coincidir com o tempo de não-trabalho dos camponeses (dos meses de setembro a março). Além disso, a precariedade e

instabilidade da situação camponesa fazem com que o trabalho externo se torne, muitas vezes, uma necessidade estrutural, indispensável para a reprodução do estabelecimento familiar, contribuindo para transformar periodicamente o camponês em trabalhador assalariado. Isso demonstra a situação complexa em que se encontra o camponês, que se reproduz a despeito do trabalho externo, e, muitas vezes, em dependência com este mesmo trabalho (WANDERLEY, 1996).

A participação do capital neste processo de transformação muitas vezes não estaria ligada à expropriação direta da terra camponesa, mas na expropriação das possibilidades dos filhos dos camponeses continuarem camponeses através da posse da terra, levando os mesmos - ou ao menos a maior parte deles - à proletarização (OLIVEIRA, 2001).

Baseado em Martins, Oliveira (2001) vai dizer que o capital, ao procurar expropriar e submeter o lavrador atua como uma força externa capaz de atingir “por igual” todos os lavradores que termina por levá-los à união enquanto classe e força social. A união dos lavradores não seria, assim, própria de sua condição social, mas um resultado da atuação do capitalismo sobre os lavradores.

Aguiar (2005) compreende o trabalhador rural sem-terra assentado é como uma nova categoria de camponês, já que possui forma de organização e identidade próprias. Essa identidade foi forjada no processo de consolidação do MST, que surgiu no campo brasileiro em um período de crescente diferenciação social e violência rural com o objetivo de fazer pressões sociais para alterar o padrão de distribuição de terras consolidado no Brasil.

2. Metodologia

A abordagem qualitativa foi escolhida porque permite acesso a informações detalhadas de um pequeno número de casos, e a conseqüente compreensão em profundidade de determinadas situações. Esta abordagem torna-se uma maneira privilegiada de adentrar não só na subjetividade dos indivíduos, mas também de relacionar os acontecimentos da região à suas trajetórias e escolhas.

Particularmente, esta pesquisa se classifica como um estudo qualitativo básico ou genérico. Merriam (1998, p. 11) recomenda adotar esse rótulo guarda-chuva para pesquisas cuja análise dos dados tipicamente conduz a uma identificação de padrões recorrentes (na forma de categorias, fatores, variáveis, temas), mediante o emparelhamento com conceitos, modelos e teorias.

Os mecanismos de coletas de informações foram as pesquisas bibliográfica e documental, e entrevistas não estruturadas foi o método utilizado para a coleta de dados

primários (RICHARDSON, 1999). Também foi adotado o método de história oral quando foi necessário compreender a vida e a trajetória do respondente (citar fonte de história oral). A observação foi um método complementar. Foram realizadas até o presente momento 10 visitas ao Assentamento e 18 entrevistas com assentados, dirigentes e acampados ligados ao Chico Mendes.

Objetivo da pesquisa	Método de coleta utilizado	Fonte de informação
Identificar as formas organizativas características do Campesinato.	- Pesquisa bibliográfica.	- Bibliografia sobre o tema
Descrever o processo de formação do assentamento Chico Mendes.	-Entrevistas; - Pesquisa documental.	-Entrevistas realizadas com assentados do Chico Mendes; -Leitura e fichamento de documentos.
Identificar as relações de trabalho no assentamento Chico Mendes.	- Entrevistas não estruturadas; - Observação.	-Entrevistas realizadas com assentados do Chico Mendes; -Observação feita durante as visitas de campo ao Chico Mendes.

Figura 1: Resumo explicativo dos métodos de pesquisa aplicados

A interpretação dos dados obtidos foi feita através do método de análise de conteúdo e a comparação própria desta análise se deu entre categorias relacionadas ao referencial sobre campesinato e a realidade dos assentados. A unidade de registro escolhida foi o tema, pois que pareceu mais apropriado para delinear valores, atitudes e crenças daqueles que produzem as mensagens, uma vez que a realidade do tema é de ordem psicológica, buscando sempre o sentido atribuído às frases (RICHARDSON, 1999).

3. Chico Mendes: a história de uma luta que não terminou

No dia 28 de março de 2004 foi feita a primeira ocupação do Engenho São João, integrante do Complexo da Usina Tiúma, na época inativa havia 17 anos (MST, 2009b). Em julho de 2005, as 500 famílias que viviam no acampamento sofreram um violento despejo pelo batalhão de choque da Polícia Militar. Mas voltaram a acampar na pista em frente ao Engenho, uma vez que haviam recebido permissão judicial para retirar das terras o resultado de sua plantação durante um período de 8 meses. Quando faltavam poucos dias para acabar o referido período, o MST reocupou o local (MST, 2008).

A área do Engenho São João foi reocupada durante a Jornada Nacional de Luta pela Reforma Agrária, em abril de 2006. O número de famílias que voltou a ocupar as terras, entretanto, foi bem menor. Em agosto do mesmo ano uma nova liminar de reintegração de posse foi liberada e iniciou-se uma nova ameaça de despejo. Entretanto, desta vez as 300 famílias acampadas se recusaram a sair do local (MST, 2006).

Graças à pressão feita na Empresa Votorantimⁱ (proprietária do Engenho) assim como a articulação de grupos de direitos humanos, no dia 24 de dezembro de 2007 foi publicado no Diário Oficial o decreto presidencial que declara o Engenho São João área de interesse social para fins de reforma agrária (MST, 2008) e em 14 de outubro de 2008 o Incra recebeu a imissão de posse do local (BRASIL, 2008).

A luta das pessoas envolvidas nesse processo de disputa não acabou em 2008. Das famílias que se encontravam acampadas no momento da aquisição das terras para reforma agrária, apenas 55 ficaram assentadas (MST, 2009a). Muitas das famílias que não conseguiram espaço no Assentamento acamparam na entrada do Assentamento, formando um novo acampamento, o Maria Paraíba. Essas famílias continuam à espera para que os outros engenhos reivindicados para a reforma agrária sejam obtidos.

A luta dentro do próprio Assentamento também se prolongou. Hoje, 144 hectares das terras destinadas ao Assentamento foram invadidas pelo empresário Theobaldo Melo, para negócios agropecuários (MST, 2009a) e estão em processo de disputa judicial. Até a definição do processo, a organização do Assentamento está empatada - as terras individuais destinadas a cada família assentada não podem ser delimitadas, assim como não o podem os espaços destinados às casas da agrovila, nem podem ser instalada a estrutura para fornecimento de energia elétrica ao local.

4. Uma análise do trabalho no Chico Mendes

4.1 O ingresso, Identidades e a Vida Social no Chico Mendes

Para melhor compreender o trabalho e seu sentido realizado neste assentamento do MST, algumas questões mais amplas deverão ser abordadas no item 7.1, tais como: (i) os motivos que levaram os entrevistados a ingressarem no MST; (ii) as relações estabelecidas entre assentados e com os dirigentes na vida em comunidade; (iii) e as denominações que assumem os moradores do assentamento. Com este propósito, tenta-se fazer um paralelo entre os depoimentos dos entrevistados e dados sócio-históricos da região, por se compreender que fenômenos desta natureza são desenhados por um conjunto de forças, das individuais às contextuais.

Os respondentes apontaram dois motivos que os levaram a ingressarem no MST: (i) busca pela terra; (ii) impossibilidade de participar do mercado de trabalho formal. O segundo motivo foi mais fortemente mencionado pelos entrevistados do Chico Mendes, enquanto que o primeiro foi mencionado por aqueles que são descendentes de agricultores. Portanto, a questão do desemprego precisa ser destacada nas motivações que impulsionam os trabalhadores a se integrarem ao movimento social.

Por um motivo ou outro, reconhece-se em ambos os motivos a luta pela sobrevivência. No nordeste brasileiro, nomeadamente no estado de Pernambuco, onde a zona rural é dominada por grandes latifúndios de cana-de-açúcar, as diferenças econômicas e sociais entre os proprietários de terra e os trabalhadores rurais geram conflitos pela propriedade da terra. Esta se torna, portanto, um meio de sustento e de mobilidade social para aqueles que são marginalizados pelo mercado de trabalho formal.

Ao se fazer um paralelo com os dados do Censo Agropecuário de 2006, é possível compreender que, embora exista uma tendência para redução das pessoas ocupadas no campo, a agricultura familiar demonstrou um maior poder de retenção do que a agricultura não-familiar, representando hoje 74,4% do pessoal ocupado no campo. Além disso, ocupa apenas 24,3% da área total de estabelecimentos agropecuários, mas é responsável por 38% do valor bruto da produção gerada (IBGE, 2009). A partir desses dados, pode-se compreender que a agricultura familiar vem se tornando uma saída para o desemprego, viável para muitos apenas através de ocupações como as realizadas pelo MST.

Outro elemento que corrobora esta conclusão é o fato de que a grande maioria dos entrevistados apontou algum componente econômico-financeiro para aproximação inicial com o Movimento. O envolvimento com os ideários do MST surge ao longo da participação no mesmo, na medida em que muitos passam a defender a causa do Movimento, conforme ilustra o depoimento: "*Antigamente achava que o MST era coisa de ladrão. Hoje eu entendo que o MST tem um trabalho realista*" (Assentado B).

Os trabalhadores do Assentamento se dividem em três grupos: (i) os dirigentes do Chico Mendes (pessoas que estão envolvidas com a direção do Assentamento e do Movimento, que podem ser ou não assentados no local); (ii) os assentados (pessoas que participaram do processo de luta para consolidação do Assentamento e que obtiveram lotes de terras no local, elas podem ser ou não dirigentes); e (iii) os acampadosⁱⁱ (aqueles que participaram do processo de luta, mas que não conseguiram terra no Assentamento e por isso estão no acampamento Maria Paraíba, montado provisoriamente na saída do Chico Mendes). Cada um desses grupos tem uma percepção própria de si e de seus trabalhos.

Pode-se dizer que as pessoas do grupo investigado têm diversas auto-denominações, formando subgrupos e subculturas dentro do Chico Mendes. A denominação mais mencionada, e ainda compartilhada por todos, assentados, acampados e dirigentes, é a de *trabalhador*. Essa imagem é constantemente ressaltada por eles, como uma forma de se contrapor ao discurso dominante, que diz o contrário: "*Eles nos tratam como bandidos, não vêem que somos trabalhadores*" (Assentada/ Dirigente C).

É importante enfatizar aqui que, apesar de todos se considerarem trabalhadores, entre eles, foram indicadas algumas diferenças no tipo de trabalho que exercem, como é ilustrado na Figura 2 e explicado a seguir.

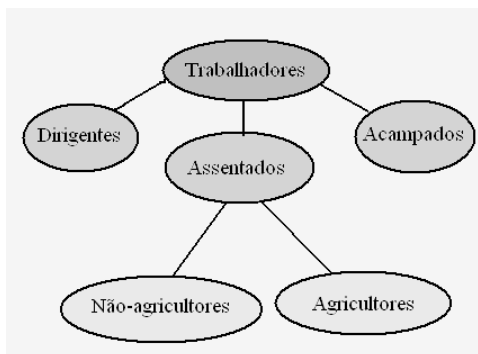


Figura 2: Representação das identidades dos entrevistados

Quando se trata da representação que se atribuem os dirigentes, é exaltada a imagem de *resistente*, de *batalhador*. Os dirigentes enfatizam bastante seus papéis de lutadores pela causa, do embate de forças que vivenciam, cuja valorização é compartilhada pelos integrantes do grupo. São pessoas que abdicam de momentos de convivência com suas famílias, de horários para trabalhar nos lotes de terras que lhes foram cedidos e de tempo para cuidados pessoais como a saúde, fazendo investimentos financeiros e emocionais no MST. Essa dedicação muitas vezes não é reconhecida por parte de assentados não-militantes.

Da parte dos assentados (sejam eles dirigentes ou não), é produzida uma subclassificação, de *agricultores* e *não-agricultores*, que vem gerando conflitos internos. Alguns assentados assumem e afirmam orgulhosamente a identidade de *agricultores* relegando ao outro grupo, de *não-agricultores*, rotulagens pejorativas como “turistas” ou “preguiçosos”. Entre os motivos que listam para não terem plantações encontram-se muitas vezes a dedicação à militância pelo Movimento (como dirigentes, por exemplo) ou os estudos universitários, incentivados pelo MST. É fato, entretanto, que a inexperiência na lavoura os coloca numa situação falta de identidade com o grupo de *agricultores*.

Esta situação esteve presente inclusive na fase de implantação do Assentamento, em 2008, quando foi necessário selecionar 55 das 320 famílias existentes no acampamento. A Assentada e Dirigente E revelou que ela própria participou desse “processo de seleção”. Disse que na época existiam 64 coordenadores (2 coordenadores para cada grupo de 10 famílias). Esses coordenadores eram responsáveis por indicar as pessoas de seus grupos

para ficarem dentro do Assentamento. Ela era uma coordenadora na época. Disse que aqueles que ela indicou permanecem até hoje e trabalham bem - são “verdadeiros agricultores”. Entretanto, afirmou que muitas pessoas selecionaram com base em intimidade pessoal e favoritismos, deixando de priorizar vários *agricultores*, que estão agora no Maria Paraíba: *"foi uma seleção mal-feita"* (Assentada / Dirigente E).

Neste processo seletivo é possível observar influências diversas. De um lado, os resquícios dos traços patriarcais típicos da região e, de outro, as influências da agricultura industrial, baseada em práticas mais profissionalizadas e com influências de uma lógica econômica. Isso se reflete na adoção de critérios híbridos: ora se baseiam nas indicações e favorecimentos e em outras nas capacidades do candidato para desempenhar o trabalho.

O Assentado I contou que por muito pouco não perdeu a posição de assentado. Comentou que não iria ser selecionado porque descumpria as ordens da direção de não plantar plantas de raiz antes de se definirem as terras do Assentamento: *"Comecei a plantar ainda no acampamento. Plantei porque gosto"* (Assentado I). Em sua defesa, o Assentado I conta também acerca de seus ressentimentos contra os *não-agricultores* dizendo que

gente que nem pegou na enxada está aqui [...] são turistas [...] (turistas) são pessoas que vieram da cidade. Já tive muita discriminação contra eles [...] Hoje não tenho nada contra essas pessoas [...] só que [elas] não podem falar besteira [...] porque não sabem de nada (Assentado I)

Apesar de todas as diferenças entre os moradores do Assentamento, pode-se dizer que eles vivem numa sociedade de *interconhecimento* (WANDERLEY, 1996), e que parte deles deseja a vida em agrupamentos coletivos, como se pode perceber pelo depoimento: *"Eu vim de uma família de agricultores de perto de Aliança. Ainda tenho terra lá, mas não fui atrás. Lá é muito isolado [...] Hoje tenho uma nova família, apesar de tudo"* (Assentada/ Dirigente E). De fato, o agrupamento mostra-se como uma forma de segurança, de proteção e como uma forma de fortalecimento e apoio no modo de vida escolhido, o que é um traço típico dos camponeses, de acordo com Hébette (2005).

Na prática, puderam-se perceber poucas ações de solidariedade. Parece existir, para muitos assentados, um conflito interno para decidir entre as vantagens do trabalho individual ou coletivo. O trabalho coletivo é considerado inaplicável, como se pôde perceber nas repetidas vezes que os assentados afirmaram: *"o coletivo aqui não dá certo"*. Entretanto, existe uma idealização deste tipo de trabalho e um desejo pelo estabelecimento de laços de solidariedade, como é possível notar no depoimento:

Eu queria trabalho coletivo aqui. Queria que um ajudasse o outro. Tem pessoas aqui que tem problemas de saúde e que não podem limpar e preparar a terra agora feito a gente [...] podia ter mutirões gratuitos para ajudar essas pessoas, se todo mundo contribuísse [...] Eles [as pessoas com problema de saúde] têm que contratar tratores, se não têm dinheiro, têm que contratar outro assentado (Assentado/Dirigente E).

O Assentado I, corroborando com essa idéia, diz que das suas plantações, parte fica para si, parte vende, mas grande parte também dá aos colegas do Assentamento: *“o que eu dou da terra eu não quero nada em troca”* (Assentado E). Seu exemplo sugere também uma outra perspectiva da vida na comunidade, com a referida racionalidade camponesa (CARVALHO, 2005), substituindo a racionalidade econômica (GORZ, 2003) do lucro e da produtividade.

Muitos assentados dizem desejar "o coletivo". Contudo, uma das frases mais comumente repetidas pelos assentados nesses momentos era: *"aqui não tem coletivo"*. Percebe-se que o sentido atribuído ao "coletivo" nessa frase é o de pessoas que estão unidas, que tem relações respeitadas e afetivas, que não entram em conflitos. Entretanto, o "coletivo" se evidenciou pela influencia que as ações da maioria influenciavam da vida pessoal de cada assentado.

Feita essa contextualização sobre de onde vem, como se identificam e se relacionam os trabalhadores deste estudo, são, a partir de agora, ressaltados aspectos específicos às relações de trabalho dentro do Assentamento.

4.2 Os trabalhadores do Chico Mendes

4.2.1 O trabalho dos dirigentes do MST

Nem todos os assentados têm um sentimento de dever para com o MST, fato que é bem mais percebido entre os dirigentes, que geralmente participam de processos de formação e se identificam com a causa do Movimento. Poucos assentados têm interesse em militar pelo Movimento e preferem se dedicar às suas terras, e isso é comum se considerar que o trabalho dos dirigentes é pesado, estressante, consome muito tempo e não gera retorno financeiro. Na verdade, muitos dos próprios dirigentes sequer optaram por assumir esta função. *"Eu não queria assumir a dirigência, mas o pessoal da direção votou e me escolheu [...] porque eu era dedicada e tinha um desempenho bom aqui"* (Dirigente D). Foi possível perceber que os 'escolhidos' involuntários sentiram-se pressionados a aceitar as funções por pressões grupais.

Um fator comum nas falas dos dirigentes entrevistados é a enfática exaltação de seus trabalhos como altruístas e desinteressados: *"sou dirigente por amor. Não ganho*

dinheiro. Só uma cesta básica, de vez em quando... Não gosto de ser dirigente. Faço porque poucos têm capacidade de ajudar” (Assentada / Dirigente E). Mesmo não recebendo contrapartida financeira direta, os dirigentes possuem alguma espécie de retorno pelas suas atividades (como status e autoridade, por exemplo). Entretanto, não se pode negar o caráter altruísta da função, tendo em vista o alto esforço e o grau de dificuldade porque passam no exercício da mesma.

Os dirigentes são alvos de constantes críticas e avaliações por parte dos assentados. É atribuída a eles a responsabilidade por fatos que estão fora de seus âmbitos de atuação como, por exemplo, o atraso na construção da agrovila, que ocorreu por causa do impasse jurídico com o empresário Theobaldo Melo.

Apesar da posição de comando, os dirigentes têm muita dificuldade de impor as decisões tomadas nas reuniões do Assentamento. Foi possível inferir, a partir da observação realizada em campo, que a pressão exercida pela coletividade tem mais influência sobre os assentados do que as decisões tomadas nas reuniões e apoiadas pela direção. Soma-se a isto o fato de que a escolha dos dirigentes não é feita por votação dos assentados, de forma democrática e representativa das bases, mas sim por indicação ou votação de outros dirigentes. Dessa maneira, não se estabelece uma necessária identificação do assentado não-militante com o dirigente e apoio às suas idéias e planos. Pelo contrário, alguns dos assentados manifestaram desaprovação em relação ao dirigente escolhido, o que dificulta a autoridade do próprio cargo ocupado. Justificando sua opinião, um assentado disse: *“Ele [o dirigente] não é agricultor. Nunca pegou numa enxada na vida [...] tem estudo, conhecimento técnico, mas não sabe disso [agricultura] não”*.

Esta situação indica que as bases de relação do Assentamento estão baseadas sob formatos que impedem ou dificultam a democratização das relações sociais do campo, objetivo do próprio MST. Este fato possivelmente tem relação com a natureza das relações de poder historicamente estabelecidas na zona da mata pernambucana (PRATES; BARROS, 1997), facilitando, inclusive, a reprodução das mesmas.

4.2.2 O trabalho dos assentados do MST

Para todos os assentados, o trabalho tem uma dimensão de suprir as necessidades físicas imediatas - mas não se resume, para muitos deles, a isto. O exercício do trabalho tem uma dimensão de prazer, de identidade e orgulho, como ilustra a fala do Assentado K: *“trabalhar é um prazer [...] ficar em casa é uma agonia”*.

O trabalho envolve certa dose de orgulho pessoal, de afirmação de um modo específico de vida e de reconhecimento pela família e pela comunidade. "Aposentar-se" só

tem um sentido positivo, especialmente quando se trata de assentados descendentes de famílias de agricultores, quando não significa ganhar uma renda fixa sem parar de trabalhar na roça: *"Sair daqui [quando me aposentar]? Não! Ai é que vai ficar bom! Vou ter dinheiro para investir na minha terra"* (Assentada E). Quando o significado do termo for o de parar de trabalhar, ele é extremamente negativo. O Assentado K, de 60 anos, por exemplo, foi atropelado quando andava de bicicleta e agora está debilitado fisicamente para o trabalho: *"essa é a tristeza da minha vida"* (Assentado K). Sua frase demonstra o quanto o trabalho é central na vida social dessas pessoas.

A realização de um bom trabalho, com o passar dos anos, vai dando aos camponeses estudados um maior conhecimento empírico. A transmissão deste conhecimento necessário para se tornar um agricultor é, em muitos casos, o patrimônio que os parentes desses assentados deixaram para eles, como bem salientou Wanderley (1996). De qualquer maneira, é este aprendizado que lhes garante a sobrevivência e reprodução. O Assentado I diz que para adquirir esse conhecimento, não precisa de estudo "técnico": *"vontade é 60% do que precisa para ser um agricultor. Sem ela, não adianta forçar! [...] o resto e ensino e prática... é ver um mestre plantando [...] É importante ter um mestre, mas quem ensina mesmo é a natureza"*.

Um dos trechos interessantes de sua fala refere-se à *vontade* que é necessária, para além do esforço, na formação de um agricultor. Esta vontade refere-se a uma espécie de vocação, de amor incondicional. O próprio Assentado I afirma a relação afetiva que tem com as plantas assim como a grande ligação que tem com a natureza e com sua própria terra, quando diz que *"a terra não é minha, mas tem uma gotinha de sangue meu em cada planta daquela"*. Observa-se, neste elemento, aquilo que Hebéte (2005) compreende como "apego à terra" como base da relação do camponês com seu trabalho.

O sucesso do agricultor depende de seu esforço, de seu conhecimento e de sua vocação, como comenta o Assentado K, ao dizer que *"O trabalhador [de verdade] tem o que comer. Não passa necessidade"*. Pode-se inferir que o Assentado K, que se considera como parte do grupo de *agricultores*, em sua fala se referia aos próprios agricultores. De fato foi notado, como já dito anteriormente, que os integrantes do grupo de *não-agricultores* encontram-se em desvantagem em relação aos *agricultores*, e essa situação se reflete no próprio sucesso na atividade. Isso pode ser notado no exemplo ao contrastar-se o discurso do Assentado A e da Assentada E. O Assentado A, que era um profissional autônomo e ingressou no MST porque estava desempregado afirmou: *"pode escrever: vivia melhor antes, hoje estou no Assentamento vivendo feito esmoléu"*, referindo-se às

condições de vida no Chico Mendes, tais como falta de água encanada e de energia elétrica. Por sua vez, a Assentada e Dirigente E, nascida em família de agricultores, diz que *"você nunca fica lisa se você gosta da terra"*.

Ao tentar, com este exemplo, ressaltar uma diferença entre os *agricultores* (de tradição e famílias camponesas) e os *não-agricultores* (provenientes das áreas urbanas), não se intenta simplificar a questão, afirmando que as origens de um assentado determinam ou não seu sucesso econômico, mas demonstrar como essas origens apontam para diferentes visões de mundo, que produzem diferentes formas de lidar e de avaliar a realidade de trabalho.

Os assentados agricultores, por exemplo, não sentem falta dos tempos em que moraram na cidade, como revela a fala da Assentada /Dirigente E *"eu não me acostumo mais com a rua [na cidade]"*. De fato, muitos teriam dificuldades para se adaptar novamente ao trabalho na cidade e talvez jamais sentissem prazer nele. As diferenças entre o trabalho "operário" ou "camponês", como chamam, são enfatizadas freqüentemente.

Eu não gostei [de deixar de trabalhar como camponês na usina para trabalhar como operário na própria usina]. Trabalhava mais em horas, tinha que bater cartão... e eu gostava mesmo era de mexer com o verde [...] ficava agoniado quando chovia porque queria ver as flores do mato que cresciam depois das chuvas e que eu achava lindas (Assentado I)

A Assentada e Dirigente E, que trabalhou muito tempo "na rua", mostrou outra perspectiva do trabalho como "operário", quando disse: *"Nos hospitais tinha muita sujeira... eu que não queria participar daquilo [...] aqui faço do meu jeito, não tem sujeira"*. Em sua fala, enfatizou uma das mais listadas vantagens do trabalho no assentamento: a autonomia, traço característico do modo de vida camponês (HEBETTE, 2005). Apesar de este ser um forte elemento na descrição de seus trabalhos, os assentados possuem uma autonomia relativa. Afinal, sofrem determinadas imposições e influências externas, dos dirigentes ou dos demais assentados, a exemplo da divisão dos lotes de terra definitivos, da decisão sobre se devem plantar plantas de raiz ou não, etc.

A autonomia relativa existente em relação ao restante da sociedade se configura como motivo de júbilo pessoal. *"Eles comem [que moram na cidade] do meu trabalho, mas eu não como do deles (...) meu trabalho bota o Brasil para frente, pois o campo planta o que a cidade janta"* (Assentado K). Essa autonomia é gerada pela garantia da subsistência ao menos no que diz respeito às necessidades imediatas.

Assim, foi observado que a facilidade de ter para subsistir é outra recompensa valorizada pelos entrevistados. *"Hoje no Assentamento tem para comer à vontade [...] temos para vender, não para comprar"* (Assentado K). Esta contrapartida ganha ainda mais peso na interpretação daqueles que sofreram com as condições de vida urbana. Isso pode ser evidenciado no comentário do Assentado B ao dizer que *"na rua só pode morar quem é rico, porque não tem onde plantar nada"*.

O Assentado K, que trabalhou em Usinas tendo apenas a subsistência garantida, mostrou que o trabalho não se torna satisfatório garantindo apenas isso: *"Tudo o que ganhava quando trabalhava na Usina, servia apenas para comer... eu era sujeito, tinha salário pequeno e comia rações limitadas"*. Sua fala demonstra como sua satisfação não está relacionada apenas às necessidades de curto prazo. Pelo contrário, garantir um futuro melhor para seus filhos e netos é uma constante preocupação para muitos assentados, o que também é característico do camponês (WANDERLEY, 1996). A maioria dos entrevistados tem filhos, mas poucos moram com os filhos, pois que estes se estabeleceram nas "ruas". Alguns explicaram que os filhos não moravam no assentamento *"porque aqui ninguém passa bem, né?"* – referindo-se à estrutura do Assentamento (Assentado I). Outros disseram que foi opção dos filhos, que quiseram estudar.

Enquanto que, para muitos daqueles que viveram em famílias de agricultores, o patrimônio que lhes foi passado foi o próprio conhecimento e a experiência, o patrimônio que desejam passar para seus filhos, que optaram por não se tornarem agricultores, é físico e financeiro. Por isso, muitos deles buscam lucrar vendendo o produto de seu trabalho e poupar o dinheiro para bens e imóveis, que servirão para seus filhos.

A vontade de obter mais do que a subsistência, de construir um patrimônio, faz com que muitos agricultores se dediquem plenamente aos seus lotes individuais. Assim, alguns assentados priorizam o trabalho individualizado porque alimentam perspectivas de enriquecimento, de integração ao mercado e de lucro, desenvolvendo uma racionalidade econômica que impede a exaltação do que é coletivo - e que de acordo com Oliveira (2001) poderia transformá-los em pequenos capitalistas. Neste ponto não foi possível observar a característica da comunidade, apontada por Hebéte (2005), uma vez que o individualismo próprio de outras atividades vem ganhando espaço dentro do Assentamento, como mostram os dados. A fala do Assentado B é bastante representativa: *"Em cooperativa você trabalha quase de graça [...] Eu prefiro o trabalho na minha terra, quero plantar bananas [...] Tem um conhecido que está ganhando bastante dinheiro plantando bananas, está tendo sucesso..."*.

Alguns outros, por sua vez, priorizam o trabalho individual porque não querem ser explorados através do trabalho coletivo.

A única terra coletiva que existe hoje é a 'mandala' do projeto do professor [desenvolvido pela UFRPE]... Mas somente três pessoas trabalham hoje nela [...] Elas deixam de trabalhar em suas próprias terras para trabalhar lá [...] Eu mesma não estou trabalhando lá... Estava, mas deixei. Porque ninguém está trabalhando lá. Na hora do crédito todo mundo aparece. Não quero que tirem vantagem do meu trabalho não. Se todo mundo trabalhasse, eu trabalhava também (Assentada / Dirigente E)

Desta situação um tanto complexa pode-se inferir que essas pessoas não querem perder sua individualidade em meio à ditadura da maioria; mas também não querem perder sua humanidade em meio à selvageria do capitalismo. Elas parecem buscar um equilíbrio perfeito, uma comunidade idealizada, uma cultura diferenciada, uma terceira via (porque não?) para as saídas que lhes foram propostas.

5. Conclusões

Por se tratar de um estudo em processo de construção, as conclusões deste estudo são preliminares, apontando direcionamentos a serem aprofundados em fases posteriores da pesquisa. Primeiramente, foi perceptível a influência do contexto na aproximação das pessoas com o MST. Isso porque os dados revelaram que a motivação das integrantes do Assentamento em fazer parte do Movimento foi predominantemente determinada por questões de emprego e renda. A falta de espaço no mercado de trabalho formal tem levado as pessoas a aderirem ao Movimento, por observarem na terra a chance de mobilidade social.

Foi possível inferir que os assentados, dirigentes ou camponeses, dividem-se em *agricultores e não-agricultores*, subgrupos estes que apresentam características diversas no que diz respeito às suas relações de trabalho na terra.

Apesar de também trabalharem com a terra, os dirigentes diferenciam-se dos assentados por priorizarem a militância no Movimento, cujo reconhecimento é baixo junto aos próprios assentados. Quando analisadas as relações de trabalho que lá se estabelecem, foi possível compreender a influência tanto da tradição patriarcal da região (PRATES; BARROS, 1997), ora da lógica da agricultura industrial interferindo, em aspectos como o processo de tomada de decisões e a definição dos critérios de seleção dos membros do assentamento, por exemplo.

Para melhor resumir os pontos relevantes referentes ao trabalho dos assentados, foi construída a Quadro 4:

Traços do trabalho dos assentados	Descrição
Vocação	Ou <i>se é</i> ou <i>não se é</i> agricultor. Só alguém que <i>nasce</i> agricultor seria bem sucedido na agricultura.
Autonomia relativa	A liberdade e independência no trabalho, no <i>quê</i> , <i>quanto</i> e <i>como</i> vai ser produzido, nas terras individuais dentro dos limites estabelecidos pela coletividade.
Garantia da Subsistência	As necessidades imediatas da família são supridas a partir do próprio produto do trabalho, gerando uma relativa independência em relação a terceiros.
Construção de um patrimônio	A busca por um futuro melhor, que se refere não mais a transmissão de um conhecimento, mas à transmissão de bens materiais.
Sociedade de <i>interconhecimento</i>	Desejo de se agrupar e construir uma "nova família".
Idealização do trabalho coletivo	O trabalho coletivo e a comunidade solidária são apenas idealizações que poucos tentam colocar em prática.
Valorização da propriedade privada	A propriedade privada é o local onde atualmente garantem a subsistência, a autonomia e a construção de um patrimônio, por isso, é <i>locus</i> de empreendimento de grandes esforços.

Figura 3: Características do trabalho dos assentados no Chico Mendes

A Figura 4 mostra que o trabalho dos assentados reproduz algumas características do modo de vida camponês descrito por Hébette (2005), tais como: autonomia relativa e valorização da propriedade privada ou "apego a terra". Ademais, elementos presentes na obra de Wanderley (1996), sociedade de *interconhecimento*, subsistência e construção de um patrimônio também foram observados.

Uma característica percebida e que, entretanto, não esteve na revisão realizada, foi a noção de *vocação* para o trabalho de camponês. No que se refere aos laços de solidariedade (HEBETTE, 2005), considerados como traços das comunidades camponesas, pôde-se notar uma tendência para o agrupamento e para a idealização do trabalho coletivo, muito embora tenha sido relatada a dificuldade de colocá-los em prática.

A existência de traços como a *busca pela construção de um patrimônio* e a *valorização da propriedade privada*, de um lado, e *idealização do trabalho coletivo* e da *formação de uma sociedade de interconhecimento* de outro, demonstram como os assentados encontram-se divididos entre a valorização do individual e do coletivo. Entretanto, vale ressaltar que todos os traços acima citados (sejam eles representantes de uma lógica mais individual ou coletiva) são representativos do modo de vida camponês. Ao colocá-los em prática, cada assentado pode se aproximar ou não de uma racionalidade econômica.

Portanto, conclui-se uma hibridização entre os traços típicos do camponês, listados por Wanderley (1996), Hébette (2005) e Carvalho (2005), e os traços atribuídos ao agricultor familiar moderno, ligados a uma racionalidade econômica (GORZ, 2003), como definiu Toledo (apud AGUIAR, 2005). Assim, pôde ser situado em um ponto

intermediário do *continuum* camponêsidade-agroindustrialidade (TOLEDO apud AGUIAR, 2005).

Desta forma, pode-se dizer que relações de trabalho presentes no Assentamento Chico Mendes envolvem simultaneamente traços da racionalidade camponesa e da econômica e elementos empresariais mesclados com práticas patriarcais. Elas refletem, por fim, trabalhador-camponês em processo de transformação e adaptação à realidade moderna, que apresenta traços típicos do próprio camponês, assim como características do chamado agricultor familiar moderno.

6. Referências

- AGUIAR, Maria Virgínia de Almeida. O campesinato no Estado de Mato Grosso: Entre pantanais, cerrados e florestas, a diversidade camponesa no Estado de Mato Grosso. In: Horácio Martins de Carvalho. (Org.). **O campesinato no século XXI**. Possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil. 1 ed. Petrópolis: Vozes, 2005, v. 1, p. 125-157.
- BRASIL. Ministério do desenvolvimento agrário. **Acampamento Chico Mendes (PE) festeja posse da terra**. 21 out 2008. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/portal/index/show/index/cod/134/codinterno/19327>. Acesso em: 23 nov 2009.
- CARVALHO, Horácio Martins. (Org.). **O campesinato no século XXI**. Possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil. 1 ed. Petrópolis: Vozes, 2005.
- GORZ, André. **Metamorfoses do trabalho**: crítica da razão econômica. São Paulo: Annablume, 2003
- HÉBETTE, J. . O Campesinato paraense: observações metodológicas preliminares. In: Horácio Martins de Carvalho. (Org.). **O campesinato no século XXI**: possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil. 1 ed. Petrópolis: Vozes, 2005, v. , p. 93-104.
- IBGE. **Censo Agropecuário** - agricultura familiar. 2006. 30 set 2009. Site. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1466&id_pagina=1>. Acesso em: 04 fev 2010.
- MERRIAM, S. B. Qualitative research and case study applications in education. São Francisco: Jossey-Bass Publishers, 1988.
- MISOCZKY, M. C. A.; FLORES, R. K.; GOULART, S. **Estudos organizacionais e movimentos sociais: o que sabemos? para onde vamos?**. Cadernos EBAPE.BR (FGV), v.6, p. 1-14, 2008.
- MST. **Acampamento Chico Mendes comemora quatro anos**. 27 março 2008. Site. Disponível em: <<http://lists.indymedia.org/pipermail/cmi-recife/2008-March/0328-7v.html>>. Acesso em: 23 out 2009.
- MST. **Justiça suspende despejo de acampamento em Pernambuco**. [data? 2006]. Site. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/informativos/minforma/ultimas2249.htm>>. Acesso em: 23 nov 2009
- MST. **Nota da Direção Estadual do MST-PE sobre matéria do Jornal do Comércio**. 28 out 2009a. Disponível em: <<http://www.ombudspe.org.br/?p=496>>. Acesso em: 23 nov 2009.
- MST. **Sem Terra ocupam área da Votorantim em Pernambuco**. [abril 2009b]. Site. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/node/1088>>. Acesso em: 23 nov 2009.

NEVES, Delma Pessanha. **Definição sócio-econômica do campesinato**. Revista Ciências Sociais Hoje, 1985. Anpocs, Cortez. P. 220-241.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A agricultura camponesa no Brasil**. 4 ed. São Paulo: Contexto, 2001. (Caminhos da Geografia)

PRATES, Marco Aurélio S., BARROS, Betania Tanure de. **O Estilo Brasileiro de Administrar**: Sumário de um Modelo de ação cultural brasileiro com base na gestão empresarial. In: MOTTA, Fernando Prestes; CALDAS, Miguel P. (org). *Cultura Organizacional e Cultura Brasileira*. Editora Atlas : São Paulo, 1997.

RICHARDSON, Roberto J. e colaboradores. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Editora Atlas, 1999.

SHANIN, Teodor. A definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista. **Revista Nera**, Presidente Prudente, n. 7/ ano 8, p.1-21, jul/dez 2005. Disponível em: <<http://www4.fct.unesp.br/nera/revistas/07/Shanin.PDF>>. Acesso em: 15 jan. 2010.

SILVA, P. M. *et al.* **O modelo de agricultura por trás do PRONAF - programa nacional de fortalecimento da agricultura familiar**. In: XLVII Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 2009, Porto Alegre. **Anais**. Porto Alegre: SOBER, 2009. v. 1. p. 1-20.

WANDERLEY, Maria de Nazareth B. **Raízes históricas do campesinato brasileiro**. In: XX Encontro Anual da Anpocs, 1996, Caxambú-MG. **Anais**. Caxambu:ANPOCS, 1996. 17 p. Disponível em: <http://gipaf.cnptia.embrapa.br/publicacoes/artigos-e-trabalhos/nazareth96-1.pdf> Acesso em: 01 fev 2010.

ⁱ Empresa brasileira que concentra sua atuação em setores de base da economia, como cimento, mineração, celulose e etc.

ⁱⁱ Considerando que o objetivo deste estudo é compreender aspectos referentes às relações de trabalho dentro do Assentamento Chico Mendes, os acampados do Maria Paraíba serão citados apenas brevemente neste primeiro momento, sendo necessário para eles um estudo à parte.